
Uruguai: absurda injustiça por trás do plano florestal

O plano para a promoção florestal lançado pelo governo em 1988 - baseado na promoção de monoculturas florestais em grande escala - prometeu geração de emprego e entrada de divisas, através do aumento das exportações. Para atingir esses objetivos, o Estado uruguaio investiu fortemente, incluindo subsídios diretos, isenção de impostos, créditos brandos e investimento em infra-estrutura. Para o ano 2000, o Estado tinha destinado para o setor US\$ 69,4 milhões em subsídios diretos. O total de isenção de impostos (para área plantada e bens importados) atingia US\$ 55,8 milhões, enquanto os créditos brandos estimavam-se em US\$ 55 milhões. Finalmente, o investimento em infra-estrutura totalizava US\$ 234,1 milhões. Em suma, a sociedade uruguaia como um todo contribuiu com US\$ 414,3 milhões para o desenvolvimento florestal.

A pergunta que se segue é: qual o benefício obtido pela sociedade uruguaia?

Em matéria de emprego, o resultado é um fracasso total. No Uruguai, de todas as atividades agropecuárias, a pecuária extensiva de vacuns e ovinos sempre foi considerada a pior, quanto à quantidade de postos de trabalho gerados por hectare. Hoje, não é mais não: o florestamento revelou-se ainda mais negativo.

Segundo dados do censo agropecuário de 2000, o número de trabalhadores permanentes por mil hectares florestados é de 4,49. A pecuária de vacuns para carne gera 5,84 postos de trabalho permanentes na mesma extensão de terra, ao passo que a pecuária de ovinos fornece 9,18 empregos. Essas, juntamente com as da produção de arroz (7,75), são as piores cifras. No extremo oposto, situam-se a produção para o autoconsumo (262 empregos/mil has), de aves (211), a viticultura (165), a horticultura (133) e a criação de porcos (128), sendo que, no meio, ficam a criação de vacuns para leite (22), os serviços de maquinário (20) e as culturas cerealíferas e industriais (10).

Diante desses números, o setor florestal geralmente argumenta que gera numerosos empregos do tipo safreiro, tanto no plantio quanto na colheita. Não entanto, mesmo levando isso em conta, se comparadas com as da pecuária de carne e ovina, essas cifras mantêm-se praticamente inalteradas, já que estas também geram postos de trabalho temporários. A isso somam-se as péssimas condições de trabalho desses trabalhadores safreiros.

Em síntese, num total de 660 mil hectares, o florestamento gerou 2.962 empregos permanentes. Pior do que isso não há. Mais ainda: se levarmos em conta que as plantações florestais deslocaram outras atividades agropecuárias, e que todas as outras atividades geram mais emprego do que o florestamento, conclui-se que essa atividade implicou uma perda líquida de postos de trabalho permanentes no setor agropecuário. Com efeito, supondo que a área florestada tivesse continuado dedicada à criação de gado vacum e ovino, no primeiro caso, os empregos teriam chegado a 3.854, ao passo que, no segundo, teriam sido 6.058. É evidente, pois, que o remédio é pior do que a própria doença e que o florestamento vem contribuindo para a expulsão de trabalhadores do meio rural.

No tocante às exportações, a situação não é muito melhor. Com efeito, 80% das exportações ligadas

ao setor florestal consiste em madeira roliça (isto é, troncos), enquanto o 20% restante é composto de madeira serrada. Quer dizer, 80% daquilo que é exportado não gera nenhum posto de trabalho na indústria, ao passo que o 20% restante consiste numa transformação da matéria-prima mínima, não sendo, portanto, um gerador de emprego relevante.

Por sua vez, a receita resultante dessas exportações também não implica uma importante entrada de divisas, se considerarmos a área ocupada pelo setor. De fato, o setor florestal está exportando por valores em torno dos 35 e 45 milhões de dólares ao ano, cifras essas que o situam nos lugares mais baixos da cesta de exportações (em média, um total de 2-2,5 bilhões de dólares por ano). Se o compararmos com o arroz (que também gera poucos empregos por hectare), vemos que este setor, com uma área plantada, em média, de uns 150 mil hectares (ou seja, mais de quatro vezes menos a área ocupada pelo setor florestal), pode gerar anualmente uns 200 milhões de dólares por exportações (quer dizer, cerca de cinco vezes mais o conseguido pelo setor florestal).

Em suma, o florestamento prometeu muito, mas não cumpriu nada do prometido. É lógico que existem beneficiários, entre eles, em primeiro lugar, as grandes empresas, em particular, transnacionais. Assim, gigantes estrangeiras, como a empresa estadunidense Weyerhaeuser (Colonvade), a anglo-holandesa-finlandesa Shell/Kymmene (La Forestal Oriental) e a espanhola ENCE (Eufores), bem como um número importante de empresas chilenas, canadenses e de outras nacionalidades, viram-se beneficiadas pela conjunção de terra barata, mão-de-obra barata, rápido crescimento das árvores, subsídios, isenção de impostos, créditos brandos, investimento em infraestrutura e pesquisa. Para elas, da mesma forma que para um punhado de grandes empresas nacionais, o florestamento é um grande negócio. Desse jeito, para qualquer um. Com todos esses benefícios concedidos ao setor florestal, qualquer atividade agropecuária teria sido um grande negócio.

Na atual situação de profunda crise, isso constitui uma injustiça absurda. Absurda, porque essas enormes empresas não necessitam ser subsidiadas por um país empobrecido como o Uruguai; e injusta, porque os escassíssimos recursos da sociedade são destinados a subsidiar uma atividade que não gera nem emprego nem riqueza, ao passo que são negados a outras atividades bem mais proveitosas para o país e sua gente.

Além disso, cabe assinalar que é pelo menos estranho que, nessas condições, os prefeitos do interior - em particular, os dos departamentos mais florestados (Rivera, Tacuarembó, Paysandú, Rio Negro, Lavalleja) - não informem a opinião pública e o governo de que uma das maiores causas do seu déficit é, justamente, o florestamento. De fato, essa atividade não paga imposto predial rural, uma das principais fontes das prefeituras, já que quanto maior for a área florestada, menor será a receita da prefeitura.

É igualmente estranho que as diretivas de "corte", "aperto" e "restrição" ditadas pelo FMI, o Banco Mundial, o BID, o Presidente Batlle e os sucessivos ministros de Economia jamais tenham ousado sequer mencionar (e menos ainda tocar) os ingentes recursos que o Estado tem destinado para essa atividade. No atual contexto de crise total no país, o silêncio do Congresso (incluindo os quatro setores políticos) o torna cúmplice, por sua vez, dessa absurda injustiça de destinar recursos para quem não necessita, negando-os àqueles que se encontram na mais absoluta desesperança. Até quando?

Artigo baseado em informação obtida em: "Algunos datos sobre el impacto económico-social de la forestación", Joaquín Etchevers, outubro de 2002, trabalho encomendado pelo Grupo Guayubira.

